

## **Precarização Social e Fragilização Psíquica na Situação de Desemprego**

### **Severo no Município de Corumbá, Brasil**

**Vanessa Catherina Neumann Figueiredo\***

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0062-9234>

**Paulo César Rodrigues dos Reis Filho\*\***

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0722-5096>

#### **RESUMO**

Este artigo identifica a presença de sofrimento psíquico e social em desempregados e analisa sentimentos e impactos decorrentes da busca frustrada por trabalho em Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil. Realizou-se uma pesquisa transversal em 2017 e 2018 com 200 desempregados em curta e longa duração, os quais responderam a um questionário sócio-demográfico e à Escala de Avaliação de Sofrimento Psíquico-social de Trabalhadores Desempregados. Com idade média de 33 anos, 50,5% eram casados, 47,5% tinham ensino médio e 50% estavam em desemprego severo. Dos 46,5% com renda, apenas 10,5% recebiam seguro-desemprego, e 22,5% dos 60% informais não recebiam pagamento. Os principais sentimentos e eventos sociais relatados foram tristeza (77,5%), vergonha (76,5%), ansiedade (71,0%), dificuldade em fazer amizades (31,0%) e perda de confiança social (27,5%). Embora a análise conjunta dos dois fatores tenha apontado para o sofrimento em apenas 7,5%, a associação entre sofrimento psíquico e desemprego severo ( $p=0,002$ ) demonstra a vulnerabilidade psíquica relacionada à situação de precarização.

**Palavras-chave:** trabalho informal, desemprego, privação social, sofrimento.

## **Social Precariousness and Psychic Frailty in the Situation of Severe**

### **Unemployment in Corumbá, Brazil**

#### **ABSTRACT**

This paper identifies the presence of psychological and social suffering, and analyzes feelings and impacts derived from the unemployment situation in Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brazil. A cross-sectional research was carried out in 2017 and 2018 in Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brazil. The study included 200 short and long-term unemployed, who answered a sociodemographic questionnaire and the Psychosocial Suffering Scale of Unemployed Workers. With an average age of 33 years, 50.5% were married, 47.5% had high school and 50% were in severe unemployment. Of the 46.5% with income, only 10.5% were related to

unemployment insurance, and 22.5% of the informal 60% did not receive payment. The main feelings and social events reported were sadness (77.5%), shame (76.5%), anxiety (71.0%), difficulty in making friendships (31.0%) and loss of social trust (27.5%). Although the joint analysis of the two factors pointed to suffering in only 7.5%, the association between psychological suffering and severe unemployment ( $p = 0.002$ ) demonstrates the psychological vulnerability related to the precarious situation.

**Keywords:** informal work, unemployment, social deprivation, suffering.

## **Precarização Social y Debilidad Psíquica en la Situación de Desempleo Severo en Corumbá, Brasil**

### **RESUMEN**

Este trabajo identifica la presencia de sufrimiento psicológico y social en desempleados y analiza los sentimientos e implicaciones sociales resultantes de la situación de desempleo en Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil. En 2017 y 2018 se realizó una encuesta transversal con 200 desempleados a corto y largo plazo, que respondieron un cuestionario sociodemográfico y la Escala de Sufrimiento psíquico-social de Trabajadores Desempleados. Con una edad promedio de 33 años, 50.5% estaban casados, 47.5% tenían la escuela secundaria y 50% estaban severamente desempleados. De 46.5% con renta, solo 10.5% recibieron seguro de desempleo, y 22.5% del 60% informal no recibieron el pago. Los principales sentimientos y eventos sociales reportados fueron tristeza (77.5%), vergüenza (76.5%), ansiedad (71.0%), dificultad para hacer amigos (31.0%) y pérdida de confianza social (27.5%). Aunque el análisis conjunto de los dos factores haya apuntado al sufrimiento en solo 7.5%, la asociación entre sufrimiento psicológico y desempleo severo ( $p=0,002$ ) demuestra la vulnerabilidad psicológica relacionada con la precarización.

**Palabras clave:** trabajo informal, desempleo, privación social, sufrimiento.

A atual conformação do mundo do trabalho e a falta de efetivação das políticas públicas de emprego não têm garantido a inserção ocupacional em condições justas e saltares para toda a população (Leal, 2011). Desde 1990, o ideário neoliberal reforça a importância de garantir o desenvolvimento econômico do país através da maior competitividade, alçada com a reestruturação de base microeletrônica, privatizações e novas técnicas de gestão. Acompanhada de cortes nos recursos para educação, seguridade e saúde, a passagem do capitalismo industrial para a acumulação flexível tem destituído direitos protetivos, desmontado os coletivos e as resistências sindicais (Machado, Giongo, & Mendes, 2016).

O esmorecimento da sociedade salarial e o paulatino processo de implementação do Estado mínimo deterioraram as condições laborais e de vida, sendo cada vez mais frequente a instabilidade dos contratos temporários e atípicos, uberizados, terceirizados, a domicílio e em tempo parcial. Este largo processo de precarização social e do trabalho tem como consequência o aumento do desemprego estrutural e da informalidade, situação agravada no país após 2014, momento em que o impacto da conjuntura econômica global intensificou a crise política e a recessão econômica nacional.

Pochmann (2018) mostra o avanço da taxa de desemprego aberto <sup>1</sup> em 101,5% entre 2014 e 2018, chegando a 27,7% as pessoas economicamente ativas subocupadas, grupo este composto por desalentados e pelos que gostariam de incrementar sua jornada e seus ganhos <sup>2</sup>. Justificadas pelo governo como meio de gerar empregos, as medidas de desregulamentação do trabalho e desoneração da folha de pagamento previstas com a aprovação das leis nº 13.467 (2017) e 13.429 (2017) empurram 41,1% à informalidade <sup>3</sup>, com queda no rendimento médio e aumento da taxa de desemprego prolongado <sup>4</sup> (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [Dieese], 2019) <sup>5</sup>.

Assumindo como mais adequada a concepção de desemprego ampliado elaborada pelo Dieese e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados [Seade] (Dieese, 2016), o acréscimo de pessoas sem registro e sem direitos trabalhistas, subutilizadas, com jornadas instáveis e baixos salários reverbera na alta taxa de desemprego oculto por trabalho precário e por desalento <sup>6</sup>. Este indicador permite captar as múltiplas e desiguais formas de inserção e de condição laboral dos que se encontram no intervalo limite entre ocupados, desocupados e inativos, sinalizando o caminho a ser tomado pelas políticas públicas de emprego, trabalho e renda para serem priorizados os segmentos mais fragilizados (Dieese, 2016).

Além da penúria econômica, longos períodos na situação de desemprego dissolvem os vínculos sociolaborais anteriormente estabelecidos e diminuem a oportunidade de recolocação formal, o que agrava a privação e o sentimento de desfiliação. Considerando o aumento da chance de isolamento social quanto maior for o tempo de busca por emprego (Castel, 2010), a necessidade de sobreviver e de fugir da exclusão faz grande parte da população ativa se submeter a ocupações regidas por vínculos singulares ou sem qualquer contrato. O trabalho informal, caracterizado por ofertar condições insatisfatórias e ganhos insuficientes ao sustento pessoal/familiar, inviabiliza a própria qualificação, aumenta a dificuldade de entrada regular e de melhoria de renda no transcorrer da vida e se relaciona a piores condições de saúde (Bernardino & Andrade, 2015).

Para Paugam (2003), a trajetória ocupacional inferiorizada leva a uma inclusão social fragilizada e à dependência do Estado, condição marginalizante que se articula à precariedade econômica e à percepção de ser julgado incapaz, o que afeta e quebra a identidade construída enquanto trabalhador assalariado. A experiência do desemprego impede a mediação proporcionada pelo trabalho entre o singular e o coletivo, prejudicando o poder do reconhecimento para o alcance da saúde mental (Dejours, 2011; Lhuilier, 2014). A incerteza do universo laboral contemporâneo impacta na construção dos vínculos e na identidade profissional, fomentando condutas de competição e individualismo atreladas à solidão frente às adversidades e ameaças (Seligmann-Silva, 2015).

Barros e Oliveira (2009) identificaram em desempregados o sentimento de vergonha e de culpa por não poderem ajudar nas despesas domésticas, constatando o risco aumentado dessa população desenvolver doença mental severa e sintomas de depressão (Wang et al., 2014). Sobre isso, Silva, Cardoso, Saraceno e Almeida (2015) avaliaram os períodos de crise econômica como de alto risco ao bem-estar mental, estando o desemprego associado ao agravamento de perturbações depressivas, ansiedade, consumo de substâncias e suicídio. Chen et al. (2012) também constataram maior prevalência de casos de depressão em indivíduos em situação de desemprego severo, comparados a grupos de pessoas empregadas ou inativas há menos tempo.

Estudos sobre desemprego de longa duração no Brasil têm traçado o perfil demográfico deste grupo e suas vulnerabilidades, constatando o aumento da ocorrência e do tempo médio de desocupação, fatores que estão ligados à maior dificuldade de reinserção laborativa e maior chance de entrada no trabalho informal e precário (Arruda, Guimarães, & Castelar, 2017). Considerando o atual cenário econômico e o problema mundial do desemprego, escassa tem sido a contribuição da Psicologia sobre o tema (Coelho-Lima, Costa, & Bendassolli, 2013). Levando em conta a gravidade dos impactos à vida e à saúde mental de um grande contingente de trabalhadores no mundo e a tendência de crescimento do desemprego de longa duração (>1 ano) (Teixeira, 2017), esta pesquisa teve como objetivo identificar a presença de sofrimento psíquico e social, bem como analisar a ocorrência de sentimentos e de impactos sociais decorrentes da busca frustrada por emprego no município de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

## **Método**

Foi realizado um estudo quantitativo de corte transversal, recorrendo-se à psicossociologia para explorar a dinâmica individual e coletiva inscrita no fenômeno estudado (Lhuilier, 2014). Participaram 200 homens em situação de desemprego aberto ou oculto, residentes na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil em 2017 e 2018<sup>7</sup>. Para a delimitação dos grupos a serem estudados foram seguidos os critérios metodológicos do Dieese (2016) para a definição de desemprego aberto e oculto por trabalho precário, abrangendo tanto os indivíduos que se encontravam em situação involuntária de não trabalho por falta de oportunidades de emprego, como também os que exerciam trabalho irregular e desejavam mudar sua condição. Foram excluídos da pesquisa os que tinham vínculo formal de trabalho. Os critérios de inclusão foram ter idade igual ou maior de 18 anos e ser cadastrado para vagas de emprego na Casa do Trabalhador do município, agência pertencente à Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul, gerida pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e criada em convênio com o Ministério do Trabalho e do Emprego (Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul [Funtrab], 2014).

## **Procedimentos e Considerações Éticas**

A coleta de dados ocorreu entre setembro de 2017 e fevereiro de 2018 na Casa do Trabalhador, instituição cuja meta é disponibilizar ações e serviços disponíveis no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, assim como favorecer a inclusão socioprofissional ao fazer a intermediação trabalhador-empregador (Funtrab, 2014). Os participantes eram abordados na sala de espera da instituição; quando enquadrados nos critérios estabelecidos eram convidados a responder aos instrumentos, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Esse estudo seguiu as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos definidas pela Resolução 466/96 do Conselho Nacional de Saúde, e teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 31/05/2016, sob o CAAE 55114516.6.0000.0021

## **Instrumentos**

Foi aplicado questionário Sócio Demográfico contendo 47 perguntas abertas e fechadas condizentes ao perfil (estado civil, idade, filhos, escolaridade, qualificação, formação para garantir emprego, computação, percepção sobre sua escolaridade, objetivo profissional); moradia (tipo de casa, localização do imóvel, itens de onde reside, número de pessoas que moram na casa, benefício do governo); situação de trabalho e honorários (idade de inserção no mercado de trabalho, rendimento atual, participação na renda familiar, salário, se realiza atividade informal, percepção sobre o reconhecimento profissional de homens); procura de emprego (número de pessoas que não tinham emprego na residência, estratégias adotadas para conseguir emprego, tempo de procura, assistência, informações obtidas e número de entrevistas para emprego que foi chamado através da Casa do Trabalhador, recusa de emprego, disponibilidade e salário exigido, obstáculos percebidos e qualidades individuais para conseguir emprego, percepção de oportunidades de trabalho para homens e mulheres); situação de saúde (doenças, medicamentos, classificação da saúde, problemas emocionais). Foi também aplicada a Escala de Avaliação de Sofrimento Psíquico-social de Trabalhadores Desempregados (EASPSTD) (Veiga & Silva, 2007), instrumento do tipo *likert* constituído por dois fatores concernentes ao sofrimento psíquico (oito itens) e sofrimento social (cinco itens), e que possui qualidade psicométrica satisfatória, com coeficiente de fidedignidade Alfa de Cronbach 0,83.

## **Análise de Dados**

Os dados coletados foram inseridos no programa de análise estatística *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), na versão 20. A análise descritiva considerou a frequência, desvio padrão, médias e possíveis correlações entre as variáveis. A análise isolada do questionário permitiu traçar o perfil demográfico e ocupacional dos participantes, obtendo-se a frequência e médias de todas as questões, e a avaliação da escala possibilitou a análise da frequência, média e o desvio padrão. Para a análise do sofrimento psíquico foram considerados os itens de 1 a 8, e para o sofrimento social os itens de 9 a 13, assumindo-se o escore  $\geq 3$  como o valor indicativo de sofrimento psíquico e social. Foi analisada a associação entre o tempo de desemprego e a média do fator psíquico e social no grupo em busca de trabalho até 12 meses, em comparação com o que estava em situação de desemprego

severo (mais de um ano) (Teixeira, 2017). Também foi analisada a associação entre as variáveis socioeconômicas e demográficas e o tempo de desemprego.

### Resultados e Discussão

A idade média dos 200 participantes foi de 33 anos (DP = 11,18), 50,5% (n=101) eram casados, 62,5% (n=125) tinham filhos, apenas 6% (n=12) apresentavam ensino superior completo, 47,5% (n=95) tinham ensino médio completo, 25,5% (n=51) ensino fundamental completo, para 21% (n=42) com ensino fundamental incompleto. Apesar da maior parcela dos participantes ter apresentado ensino médio completo, apenas 17% (n=34) possuíam alguma qualificação profissional, tornando a concorrência mais difícil e alargando o tempo sem emprego formal, estando 50% (n=100) dos participantes em busca de trabalho com vínculo empregatício há mais de um ano.

**Tabela 1**

*Avaliação do tipo de desemprego relatado por homens em Corumbá - MS, conforme o tempo de busca por trabalho formal, em 2017 e 2018*

Tipo de desemprego	Tempo de desemprego		Total	p-valor
	Até 1 ano	Mais de 1 ano		
Desemprego oculto por trabalho precário	29,00%	31,00%	60,00%	0,564
Desemprego aberto	21,00%	19,00%	40,00%	
<b>TOTAL</b>	50,00%	50,00%	100,00%	

Dos 60% (n=120) que se encontravam na informalidade, 22,5% (n=27) não recebiam qualquer pagamento ou salário pelo serviço prestado, demonstrando um tipo de pobreza relacionada ao esmorecimento do assalariamento e da proteção previdenciária anteriormente inspirada pelo Bem-Estar Social (Machado et al., 2016). Tanto os trabalhadores que se encontravam em uma relação contratual à margem da legislação e do pagamento de impostos como os que estavam em desemprego aberto afirmaram dificuldade em acessar os benefícios previdenciários e a rede de cobertura assistencial. Entre os 46,5% (n=93) que relataram algum tipo de ganho, apenas 10,5% (n=21) recebiam seguro-desemprego, revelando a dificuldade de acesso ao auxílio garantido na Constituição. A exigência de maior tempo comprovado em carteira e o condicionamento das parcelas à frequência em capacitações e qualificação<sup>8</sup>, as

poucas opções de cursos gratuitos na cidade e sua divulgação exclusivamente no *site* da Funtrab tolhiam o recebimento do direito.

As falhas concernentes à responsabilidade estatal de prover apoio financeiro e favorecer a empregabilidade fragilizavam ainda mais os desempregados de longa duração, negligenciados em sua dificuldade de concorrer por vagas com ilimitadas solicitações por competências, habilidades e formação (Teixeira, 2017). Entre os participantes, somente dois entrevistados relataram encaminhamento para capacitação através da Casa do Trabalhador, situação insuficiente que ao longo do tempo contribuía para o arranjo em trabalhos precários.

Mesmo estando 84% (n=168) dispostos a aceitar qualquer proposta de emprego, com carteira de trabalho assinada (48,5%; n=97) ou pagamento de um salário mínimo (49%, n=98), 59,5% (n=109) nunca foram encaminhados para vagas e 28% (n=56) só tinham passado uma vez por entrevista. Assim, apesar de não ter sido constatada relação estatisticamente significativa entre tempo e tipo de desemprego, observou-se a tendência do grupo em desemprego aberto (n=80) se inserir em trabalhos precários informais após um ano de procura frustrada por emprego (n=120).

### **Mercado de Trabalho em Corumbá**

Os participantes investigados procuravam principalmente vagas de serviços gerais (21%), pedreiros/construção civil (14,5%), assistentes administrativos (14%), mecânicos (6,5%) e motoristas (5%). Embora fossem predominantemente de curta duração e baixa remuneração, as poucas oportunidades nas áreas pretendidas tornavam a concorrência acirrada e elevavam as exigências de qualificação, escolaridade e competências/comportamentos alinhados aos processos organizativos, como terem valores/responsabilidade (57,0%), serem batalhadores (51,5%) e saberem trabalhar em equipe (53,5%), mesmo relatando como principais obstáculos para sua inserção formal a falta de emprego (71,5%), de experiência (69,0%) e de estudo (59,0%).

Dos 28 participantes que buscavam vagas de assistente administrativo, 53,5% se encontravam em desemprego aberto. Embora 92,8% apresentassem ensino médio completo, 75% tinham entre 18 e 25 anos, sendo a dificuldade empregatícia relacionada à falta de comprovação da experiência profissional, corroborando o alargamento do fenômeno também no grupo de jovens com maior escolaridade (Teixeira, 2017).

A falta de comprovação de experiência aliada à falta de qualificação foram os fatores determinantes para o caso dos 10 motoristas entrevistados, em que nenhum portava

certificados de cursos exigidos por empresas para dirigirem veículos de grande porte, 50% tinham o ensino fundamental completo, 20% começaram a trabalhar antes dos 14 anos, 30% estavam na faixa etária de 36 a 45 anos e 80% não possuíam rendimentos, mesmo com 50% realizando trabalhos informais em outras áreas.

Os 13 mecânicos desempregados caracterizavam-se por estarem na informalidade (53,8%), não portando comprovação de experiência nem escolaridade desejada pelos empregadores, posto que 38,4% não tinham completado o ensino fundamental, 46,1% estavam na faixa entre 26 e 35 anos e 84,6% tinham filhos(as).

Esta situação foi semelhante aos 29 trabalhadores da construção civil, entre os quais 37,9% apresentavam idade entre 26 e 35 anos, 37,9% tinham começado a trabalhar antes dos 14 anos, 72,4% possuíam filhos(as) e 27,5% não tinham concluído o ensino fundamental, estando 75,8% em situação de desemprego oculto por trabalho precário.

Entre os 42 que estavam em busca de vagas de serviços gerais, 35,7% também não haviam concluído o ensino fundamental, 40,4% tinham entre 18 e 25 anos, 52,3% possuíam filhos(as) e 73,8% encontravam-se em situação de desemprego oculto.

Entre os 200 participantes, 19,5% começaram a trabalhar antes dos 14 anos, condição que leva à menor chance de capacitação e à reprodução da pobreza, já que a falta de ter como comprovar a experiência aumenta a dificuldade de inserção com carteira de trabalho assinada. A inclusão ocupacional precoce dificulta o acesso e permanência na escola e limita a perspectiva de renda e de salário futuro, podendo afetar a saúde pelo trabalho precário realizado em tenra idade (Freitas, Silva, & Lima, 2017).

### **Repercussões Psíquicas e Sociais do Desemprego**

O sofrimento social gerado pela desproteção e/ou perda dos benefícios garantidos pelo assalariamento causa insegurança, fragiliza a subjetividade e se vincula ao sofrimento psíquico (Werlang & Mendes, 2013). Em períodos de crise econômica, a impotência em modificar a própria situação ocupacional pode se manifestar em estados depressivos, sintomas de ansiedade e reações psicossomáticas (Xavier, 2016).

**Tabela 2**

*Sentimentos relatados por homens em situação de desemprego (aberto e oculto por trabalho precário) em 2017 e 2018, no município de Corumbá - MS.*

Sofrimento psíquico	Categorias		Total
	As vezes, Frequentemente e Sempre % (n)	Nunca e Raramente % (n)	
Tristeza	77,5% (155)	22,5% (45)	100% (200)
Vergonha	76,5% (153)	23,5% (47)	100% (200)
Ansiedade	71,0% (142)	29,0% (58)	100% (200)
Angústia	62,0% (124)	38,0% (76)	100% (200)
Medo	62,0% (124)	38,0% (76)	100% (200)
Insegurança	60,5% (121)	39,5% (79)	100% (200)
Estresse	58,0% (116)	42,0% (84)	100% (200)
Desânimo	53,5% (107)	46,5% (93)	100% (200)

Conforme Barros e Oliveira (2009), o discurso ideológico vigente de autorresponsabilização é fonte de culpa, tristeza, vergonha, sensação de desamparo e de exclusão, abalando a autoestima e a confiança. A vergonha de perder ou não conseguir um emprego está ligada ao constrangimento e humilhação de ter expostas as próprias falhas e insuficiências (Goffman, 2014), situação que afeta a identidade e as relações familiares, não apenas pela ausência de salário (53,5%, n=107), mas também por conta da retirada de seu estatuto de provedor e chefe de família (Sousa, 2015; Teixeira, 2017). Tendo em vista que 50,5% (n=101) dos participantes eram casados e 43% (n=86) tinham dois ou mais filhos(as), estas alterações na dinâmica familiar merecem maior atenção, pois, conforme Souza e Benetti (2008), pais desempregados se desentendem e têm mais desavenças com companheiros(as) e filho(as) em comparação a trabalhadores empregados e com salário.

Independentemente de serem detentores de alta escolaridade ou capacitações, os desocupados são vistos com descrédito por não portarem as competências necessárias às exigências empregatícias. Para Paugam (2003), a desqualificação social vinculada ao percurso ocupacional de perdas e fracassos gera tristeza, emoção que quando perdura pode ser constituinte do quadro depressivo (Santos, 2015), e avoluma a sensação de desalento, de angústia e de exclusão. Sobre isso, o grupo em desemprego severo apresentou maior frequência de sintomas psíquicos (32,4%, n=65), corroborando a associação já constatada entre a situação desfavorável de longa duração e a maior intensidade, quantidade de sintomas e prevalência de depressão (Chen et al., 2012; Xavier, 2016), condição que contribui para a deterioração da saúde e para o aumento do risco de suicídio (Santos, 2015).

**Tabela 3**

*Presença de sofrimento psíquico em homens desempregados no município de Corumbá – MS em 2017 e 2018, conforme o tempo de desemprego (aberto e oculto por trabalho precário)*

Sofrimento psíquico (Média das questões 1 a 8)	Tempo de desemprego		Total	p-valor
	Até 1 ano	Mais de 1 ano		
Não (<3)	28,50%	17,50%	46,00%	0,002**
Sim (>=3)	21,50%	32,50%	54,00%	
<b>TOTAL</b>	50,00%	50,00%	100,00%	

*Nota.* \*\*valores significativos  $p < .05$ ; \*\*valores muito significativos  $p < .01$ ;  
\*\*\*valores altamente significativos  $p < .001$

Sobre o fator social, somente 10,5% (n=21) dos participantes apresentaram escores  $\geq 3$  (M = 1,6), sugerindo a importância da manutenção dos vínculos e da confiança de familiares no enfrentamento às incertezas, medo e desânimo (Seligmann-Silva, 2015).

**Tabela 4**

*Repercussão social derivada da situação de desemprego reportada por homens no município de Corumbá – MS, em 2017 e 2018*

Sofrimento social	Respostas		Total
	As vezes, Frequentemente e Sempre	Nunca e Raramente	
Dificuldade em fazer amizades	31,0% (62)	69,0% (138)	100% (200)
Perda de confiança social	27,5% (55)	72,5% (145)	100% (200)
Perda de confiança familiar	15,5% (31)	84,5% (169)	100% (200)
Privação da diversão	15,5% (31)	84,5% (169)	100% (200)
Isolamento	15,5% (31)	84,5% (169)	100% (200)

Conforme Teixeira (2017), a lealdade encontrada nas relações particulares tem a envergadura de integração social, de apoio ao cansaço e de refúgio às adversidades, possibilitando a reelaboração do sentido de vida e de lugar no universo do trabalho.

## Considerações Finais

Considerando a maior chance de desfiliação conforme o tempo de desocupação e o descrédito interiorizado pelos que perderam a posição de assalariados/trabalhadores, os sintomas de mal-estar psíquico expressos na vergonha, culpa, tristeza, aflição e agonia alertam para o impacto social da política econômica excludente. Mesmo a análise conjunta dos dois fatores não indicando a ocorrência concomitante de sofrimento psíquico-social no geral da população investigada ( $M=2,2$ ), o fato de 7,5% ( $n=15$ ) terem apresentado média  $\geq 3$  alerta para as experiências de inferioridade ligadas ao sentimento de inutilidade e à sensação de abandono da sociedade, que podem fragilizar a saúde mental e acarretar regulações psicossomáticas, reações comportamentais, transtornos mentais e patologias sociais (Lhuillier, 2014; Prévost, 2009; Werlang & Mendes, 2013).

A constatação da associação entre a presença de sofrimento psíquico e o tempo de desemprego ( $p=0,002$ ) aponta para a urgência de programas de acompanhamento e de intervenções psicossociais que propiciem a solidificação dos laços frente às desvantagens acumuladas durante a vida, perdas sociais e recuo da cidadania. Tal intento se mostra desafiador, pois na fuga do desamparo e do estigma ligado à desqualificação os mais vulneráveis acabam se submetendo a condições indignas de trabalho adotando, amiúde, uma posição servil face ao alinhamento político-econômico e meritocrático da sociedade. A interiorização da responsabilidade pela condição desfavorável vivenciada acaba por intensificar o próprio sofrer (Prévost, 2009; Sousa, 2015).

Ainda que o estudo tenha como limitações a análise predominantemente quantitativa do sofrimento psíquico de origem social reportado por homens de um só município, os resultados alcançados indicam o necessário preparo de profissionais para o atendimento das demandas de cuidado psicológico, econômico, familiar e social, mostrando-se imprescindível o maior investimento governamental nas políticas e programas de emprego. Também se mostra necessária a devida análise futura que pondere as consequências e os ecos psíquicos e sociais do desemprego por desalento, conforme gênero e etnia.

## Referências

- Arruda, E. F., Guimarães, D. B., & Castelar, I. (2017). Uma análise do desemprego severo nas regiões sul e sudeste do Brasil em 2013. *Planejamento e Políticas Públicas (PPP)*, (48), 207-228. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/598/433>
- Barros, C. A., & Oliveira, T. L. (2009). Saúde mental de trabalhadores desempregados. *Revista Psicologia: Organizações & Trabalho*, 9(1), 86-107. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572009000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572009000100006&lng=pt&nrm=iso)
- Bernardino, D. C. A. M., & Andrade, M. (2015). O trabalho informal e as repercussões para a saúde do trabalhador: Uma revisão integrativa. *Revista de Enfermagem Referência*, 4(7), 149-158. doi: 10.12707/RIV14049
- Brasil (2017). *Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017*. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm)
- Brasil (2017). *Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm)
- Castel, R. (2010). *El ascenso de las incertidumbres: Trabajo, protecciones, estatutos del individuo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Chen, L., Li, W., He, J., Wu, L., Yan, Z., & Tang, W. (2012). Mental health, duration of unemployment, and coping strategy: A cross-sectional study of unemployed migrant workers in eastern China during the economic crisis. *BMC Public Health*, 12(597), 1-12. doi: 10.1186/1471-2458-12-597
- Coelho-Lima, F., Costa, A. L. F., & Bendassolli, P. F. (2013). A produção científica da Psicologia brasileira acerca do desemprego. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1283-1299. doi: 10.11144/Javeriana.UPSY12-4.pcpb
- Dejours, C. (2011). *A banalização da injustiça social*. (7ª ed.). Rio de Janeiro: FGV.

- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2016). *Caderno Metodológico Observatórios do Trabalho: Conhecer para transformar*. São Paulo: DIEESE. Retirado de <https://www.dieese.org.br/metodologia/2016/cadernoMetodologicoObservatorio.html>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2019). A perversa marcha da insensatez. *Boletim de conjuntura*, (19), 1-7. Retirado de <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2019/boletimConjuntura019.html>
- Freitas, C. O., Silva, F. A., & Lima, J. E. (2017). Impacto do trabalho infantil no rendimento do indivíduo adulto no mercado de trabalho formal brasileiro. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 39(3), 281-291. doi: 10.4025/actascihumansoc.v39i3.32943
- Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul. (2014). *O que é*. Mato Grosso do Sul: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Recuperado de <http://www.funtrab.ms.gov.br/funtrab/o-que-e/>
- Goffman, E. (2014). Sobre o resfriamento do marca: Alguns aspectos da adaptação ao fracasso (M. G. P. Koury, Trad.). *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 13(39), 266-283. Recuperado de <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/GoffmanKouryRes.pdf>
- Leal, G. F. (2011). Trabalhadores desempregados e luta coletiva: Dificuldades e possibilidades. *Caderno CRH*, 24(63), 647-662. doi: 10.1590/S0103-49792011000300012
- Lhuillier, D. (2014). Introdução à psicossociologia do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(spe), 5-20. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19
- Machado, F. K. S., Giongo, C. R., & Mendes, J. M. R. (2016). Terceirização e Precarização do Trabalho: Uma questão de sofrimento social. *Revista Psicologia Política*, 16(36), 227-240. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2016000200007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000200007&lng=pt&tlng=pt)
- Paugam, S. (2003). Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza (C. Giorgetti & T. Lourenço, Trads.). São Paulo: Educ & Cortez. (Obra original publicada em 1991)
- Pochmann, M. (2018). Desempenho econômico conjuntural e a situação recente no trabalho. *Revista NECAT*, 7(13), 11-27. Recuperado de <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/5275/5287>

- Prévost, M. (2009). La souffrance psycho-sociale: Regards de Jean Furtos. *Santé Conjuguée*, (48), 77-81. Recuperado de <https://www.maisonmedicale.org/La-souffrance-psycho-sociale.html>
- Santos, M. dos R. P. F. (2015). *Impacto do desemprego na saúde mental* (Dissertação de mestrado). Escola de Psicologia e Ciências da Vida da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal. Recuperado de [http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6813/DM\\_M%C2%AAodosRemedios\\_Santos.pdf?sequence=3](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6813/DM_M%C2%AAodosRemedios_Santos.pdf?sequence=3)
- Seligmann-Silva, E. (2015). Desemprego e desgaste mental: Desafio às políticas públicas e aos sindicatos. *Revista Ciências do trabalho*, (4), 89-109. Recuperado de <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/89/pdf>
- Silva, M., Cardoso, G., Saraceno, B., & Almeida, J. C. (2015). A saúde mental e a crise económica. In P. Santana (Coord.), *Território e saúde mental em tempos de crise* (pp. 61-74). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. doi: 10.14195/978-989-26-1105-1
- Sousa, J. F. C. (2015). *Desemprego: Repercussões na satisfação conjugal, na ideação suicida e nas emoções experienciadas* (Dissertação de mestrado). Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa, Portugal. Recuperado de <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/4614/1/22490.pdf>
- Souza, C. L. C., & Benetti, S. P. C. (2008). Paternidade e desemprego: Características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. *Contextos Clínicos*, 1(2), 61-71. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822008000200002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000200002&lng=pt&tlng=pt)
- Teixeira, F. M. G. (2017). *Desemprego de longa duração: A vivência emocional dos profissionais qualificados* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/108912/2/231643.pdf>
- Veiga, H. M. S., & Silva, N. I. A. (2007). Construção de escala para avaliar sofrimento psíquico-social de trabalhadores desempregados. *Avaliação Psicológica*, 6(1), 13-20. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712007000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712007000100003&lng=pt&nrm=iso)
- Wang, Y., Lutian, Y., Li, L., Yang, X., Wu, H., Wang, J., & Wang, L. (2014). The mediating role of self-efficacy in the relationship between Big five personality and depressive

symptoms among Chinese unemployed population: A cross-sectional study. *BMC Psychiatry*, 14(61), 1-8. doi: 10.1186/1471-244X-14-61

Werlang, R., & Mendes, J. M. R. (2013). Sofrimento social. *Serviço Social & Sociedade*, (116), 743-768. doi: 10.1590/S0101-66282013000400009

Xavier, M. T. C. (2016). *O desemprego de longa duração: aspectos sociodemográficos e as vivências do indivíduo desempregado* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. Recuperado de [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22361/1/MairaTrajanoCostaXavier\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22361/1/MairaTrajanoCostaXavier_DISSERT.pdf)

#### **Endereço para correspondência**

##### **Vanessa Catherina Neumann Figueiredo**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Avenida Rio Branco, 1270, sala G1, Vila Mamona, Corumbá - MS, Brasil. CEP 79.304-902

Endereço eletrônico: [vanessa.figueiredo@ufms.br](mailto:vanessa.figueiredo@ufms.br)

##### **Paulo César Rodrigues dos Reis Filho**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Avenida Rio Branco, 1270, sala G1, Vila Mamona, Corumbá - MS, Brasil. CEP 79.304-902

Endereço eletrônico: [pcreis87@gmail.com](mailto:pcreis87@gmail.com)

Recebido em: 18/11/2019

Reformulado em: 10/05/2020

Aceito em: 03/07/2020

#### **Notas**

\* Doutora em Saúde Coletiva (UNICAMP). Professora da graduação em Psicologia e mestrados em Educação e Estudos Fronteiriços da UFMS/Cpan.

\*\* Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, foi Bolsista PIBIC do CNPq – Brasil entre 2016 e 2018.

<sup>1</sup> Semelhante ao indicador de desemprego usado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [PnadC/IBGE], a taxa de desemprego aberto do Dieese agrega o grupo de pessoas que procuraram trabalho no mês anterior à Pesquisa de Emprego e Desemprego [PED] e não exerceram qualquer atividade ocupacional na última semana (Dieese, 2016).

<sup>2</sup> Os dados citados são originários da Pnad/IBGE, e foram analisados pelo autor conforme os indicadores do Dieese.

<sup>3</sup> O Dieese considera a informalidade como um dos aspectos do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por desproteção legal, trabalhista e sindical.

<sup>4</sup> A PED caracteriza a situação de desemprego prolongado, de longa duração ou severo a busca por emprego há mais de 1 ano, como pode ser visto em <https://www.seade.gov.br/estudo-analisa-desemprego-de-longa-duracao/>

<sup>5</sup> Informação apoiada nos dados da PnadC (trimestre junho-julho-agosto/2019)

<sup>6</sup> Diferente do IBGE, que considera ocupado o indivíduo que na semana anterior à PnadC/IBGE recebeu algum tipo de pagamento por trabalhar ao menos uma hora ou não recebeu pagamento, mas colaborou com atividade econômica domiciliar, a concepção ampliada desenvolvida pelo Dieese (2016) classifica o desemprego em aberto e oculto. O desemprego oculto por trabalho precário inclui as pessoas inseridas de forma irregular ou ocasional, que receberam ou não pela atividade desenvolvida, mas buscaram mudar de trabalho no mês anterior à entrevista da PED ou fracassaram nessa procura até um ano antes da pesquisa. O desemprego oculto por desalento é caracterizado por pessoas sem trabalho e que não procuraram emprego no último mês, embora tenham se esforçado em conseguir uma colocação no ano anterior à PED, indicando desânimo em continuar sua busca, seja por conta do mercado de trabalho desfavorável ou por razões imprevistas (Dieese, 2016).

<sup>7</sup> No presente artigo privilegiou-se os dados dos homens da pesquisa “Prevalência de Transtorno Mental Comum e sofrimento psíquico-social de trabalhadores desempregados no Mato Grosso do Sul”. Dados sobre as mulheres desempregadas, levantados por meio da pesquisa “Prevalência de Transtorno Mental Comum (TMC) em trabalhadoras que buscam emprego: um levantamento junto a mulheres desempregadas e inseridas em trabalhos informais em Corumbá e em Campo Grande”, financiado através do Edital Chamada FUNDECT/CNPq N° 05/2011 PPP - Processo N. 23/200.710/2012 - Termo de Outorga N. 0215/12, podem ser vistos em <http://www.estudosdotrabalho.org/RRET%2015%2003.pdf>

<sup>8</sup> Para informações sobre o Seguro-Desemprego Formal é possível consultar a Lei n° 7.998, de 11 de janeiro de 1990, alterada pela Lei n.º 8.900, de 30 de junho de 1994 e depois Lei n.º 13.134, de 16 de junho de 2015.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da Bolsa de Iniciação Científica com vigência entre 01/08/2017 a 31/07/2018, processo 138767/2017-3.

Agradecimento: O presente trabalho foi realizado com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/MEC-Brasil. Agradecemos à Casa do Trabalhador de Corumbá-MS, pelo espaço concedido para a realização da pesquisa.

Este artigo de revista **Estudos e Pesquisas em Psicologia** é licenciado sob uma *Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada*.